

Aos 16 dias do mês de janeiro do ano de mil novecentos e noventa e dois, às 15 hs, realizou-se a 1ª reunião ordinária do Conselho Diretor do COMITESINOS, de 1992, no gabinete de Audio Visual, no Centro 3, na UNISINOS, em São Leopoldo. A reunião foi presidida por Walmir dos Santos Martins e por Luiz Antônio Timm Grassi e secretariada por Viviane Nabinger Koch e Mara Glacener Lemes de Medeiros, e contou com a participação dos conselheiros e autoridades convidadas, conforme ata de presença, anexa. O Presidente deu início aos trabalhos e propôs alteração na seqüência da pauta, para que inicialmente fosse apresentado o documentário, sobre a bacia dos Sinos intitulado - SINOS: Um Desafio de Gerenciamento e Preservação, documentário este, promovido pelo COMITESINOS, com o apoio da TVE, Unisinos, Prefeituras de Sapucaia do Sul e Novo Hamburgo. Após a apresentação do documentário, o Presidente solicitou que os comentários sobre o mesmo fossem manifestados no final da reunião, dada a urgência que o próximo tema da pauta, exigia. Para isto, passou a palavra ao Vice-Presidente, que apresentou a situação financeira do Comitê e da Secretaria Executiva. Luiz Grassi, disse que se por um lado, o vídeo apresentado era a parte positiva, a boa surpresa da reunião, já a situação crítica pela qual passava a Sec.Executiva, com a falta de recursos financeiros, tornava-se a parte negativa. Grassi lembrou que na última reunião do Conselho Diretor fora estabelecido que na 1ª reunião/92, as discussões girariam em torno do programa global do Comitê para o ano de 1992. Considerou que o Comitê estava bastante amadurecido, e que algumas propostas sendo já esboçadas na linha do gerenciamento; exigindo uma proposta de trabalho de médio e longo prazo. Que a própria revisão das atividades de 91 demonstrara que o Comitê já estava preparado para fazer uma intervenção em termos de bacia hidrográfica. Informou que na reunião da Comissão Técnica, realizada no dia 9 de janeiro de 92, viera à tona o problema da manutenção da Sec.Executiva demonstrando que, enquanto o Comitê planejava elaborar o programa para 92, na verdade, não dispunha sequer de recursos para efetuar o pagamento do salário das duas secretárias, que em horário integral vinham desenvolvendo ações relevantes, já apresentadas em reuniões anteriores. Grassi caracterizou a situação como paradoxal, onde a Sec.Exec. e o Comitê e estariam sendo vítimas de seu próprio êxito. Nos 4 anos de existência do Comitê a Sec.Exec. fora mantida com pouquíssimos recursos, o que não a impediram de ir em frente, desenvolvendo projetos, alocando recursos para que diferentes atividades fossem promovidas no âmbito da bacia, e no entanto, esquecera-se de garantir a sua própria manutenção, até porque não era esta a sua atribuição. Grassi relacionou as formas encontradas para a manutenção da Sec.Exec. até o momento, registrando que a esperança de superar esta dificuldade fora depositada na expectativa da aprovação da Emenda Orçamentária do Estado, que previa a dotação de 48 milhões para a manutenção da Sec.Exec. e para o boletim informativo havia feito várias solicitações, e, como última estratégia, apresentado o termo de adesão sem que estas se pronunciassem. Quanto o que o Comitê havia feito, Cánepa esclareceu que o Comitê adotara uma postura almejando o gerenciamento dos recursos hídricos e neste sentido, ações importantes haviam sido concretizadas, entre as quais citou: 10) protocolo

CORSAN/SAMRIG; 2Q) racionalização dos custos da rede de monitoramento; 30) IQA; 4Q) Boletim Informativo, embora com uma 19 edição; 50) Programa PADCT, que contemplava a educação ambiental, o documentário, e por último, que através da experiência Sinos, subsídios estavam sendo apresentados ao Grupo de Trabalho que estava elaborando a lei que regulamentaria o art. 171 da Constituição Estadual. Cánepa explicou que o Comitê não adotara a sistemática de fazer denúncia, reivindicação, etc, nem de fazer obras de intervenção na área de saneamento básico, etc, já que não era esta a sua atribuição. Cánepa disse que acreditava que o caminho adotado pelo COMITESINOS era o que lhe tornaria um efetivo comitê de gerenciamento de bacia hidrográfica, como definia o seu próprio nome. O Vice-Presidente, muito preocupado com a situação da Secretaria Executiva, pediu aos conselheiros que indicassem alternativas. Com este propósito, a Vereador a de Portão, Valquíria Ritter, contando com o apoio do Presidente do Sub-Comitê Estância Velha e Portão, Mário Padilha, sugeriu que se buscasse apoio em algumas indústrias daquele município, entre elas a SETA e RHODIA, e recomendou que fosse realizada uma reunião com prefeito, secretários, vereadores, empresários e membros do Sub-Comitê, para que fosse exposta a situação e formulado o pedido de contribuição. Valquíria tomou a iniciativa de estabelecer os contatos necessários com representantes do setor industrial e representantes do executivo e legislativo municipal. Grassi agradeceu a sugestão e iniciativa determinando que a Sec.Exec. tomasse as providências necessárias para que a reunião fosse realizada. Definida a estratégia de alcançar-se, a curto prazo, a manutenção da estrutura básica da Secretaria Executiva, foi dada a oportunidade para que os conselheiros tecessem comentários sobre o documentário apresentado. Grassi lamentou a ausência de Arno Kayser, coordenador da Comissão de Educação Ambiental e grande responsável pela concretização do trabalho, já que esperava contar com o seu depoimento sobre o processo de edição do vídeo. Mesmo assim, foi informado aos conselheiros que a produção do vídeo era um dos trabalhos orçados pela Com. Educ.Ambiental, no PADCT. Que, pela demora na liberação dos recursos, a Comissão buscara outras alternativas e encontrara, na TVE, pessoas altamente motivadas a executarem o projeto. Ainda, que havia existido grande apoio de duas prefeituras, a de Sapucaia que viabilizara o deslocamento da equipe técnica da TVE e COMITESINOS, e da de N.H., que cedera horas técnicas, no caso so Arno, para a elaboração do roteiro, tomada de imagens, edição, etc, e ainda, daquelas empresas e instituições que haviam oportunizado a filmagem em suas instalações. Foi também anunciado que o custo direto de produção do vídeo, para o COMITESINOS, não ultrapassara à soma de CR\$ 250.000,00, despesas referentes a combustível (barco e avião) e aquisição de fitas, mas que toda a articulação e contribuições dos diferentes setores. O risco de não ver o nascimento do Sistema, se esta situação da falta de recursos não fosse resolvida. Pediu aos conselheiros que se manifestassem oferecendo sugestões. O Presidente Walmir, manifestou-se dizendo que a Pref. de Sapucaia destinara do orçamento/92, CR\$ 10.000.000,-. para a manutenção da Sec.Exec. do Comitê, e que via como mal entendido quanto ao veto do Governo do Estado à Emenda. Comprometeu-se a entrar em contato com o sub-Chefe da Casa Civil, onde tentaria reverter o veto. Walmir disse que além disto, via no empresariado uma consciência e uma alternativa a curto prazo para solucionar esta fase crítica.

Lembrou que para a elaboração do vídeo, contara com o apoio de uma empresa de Sapucaia que colocara um carro, à disposição nos finais de semana, para promover o deslocamento da equipe da TVE. Eugênio Cánepa em seu depoimento, argumentou que na realidade existia uma ficção quando se dizia que o Comitê vinha trabalhando sem recursos", o Comitê não trabalhava com pouco e sim, fora capaz de mobilizar muitos recursos (ex.: tributou US\$ 90.000, da esfera federal), reunira, através de cedência, técnicos das instituições do Estado, algumas prefeituras, e vinha realizando um bom intercâmbio com a UNISINOS, obtendo o apoio institucional para gerenciar os recursos. Para Cánepa, o que na realidade estaria acontecendo era a falta de recursos circulantes na estrutura da Sec.Exec. E para evitar que recursos para outras atividades deixassem de vir para a região, através do COMITESINOS e de sua S.E. não poder-se-ia simplesmente entregar os pontos. Cánepa disse que a CIENTEC, vinha cedendo 2 técnicos que trabalhavam o equivalente 1 dia por semana para as atividades, nas diferentes Comissões do Comitê, que isto era fato concreto, e tinha um custo, e o que se necessitava no momento eram recursos para manter 2 funcionários em horário integral, neste sentido via poucas alternativas a curto prazo. Já no plano de médio e longo prazo, 3 alternativas deveriam ser trabalhadas em Comissão, a partir de março/92: 1Q) retomar a idéia da participação das prefeituras através do Termo de Adesão; 2Q) participação do setor-industrial (através do Presidente do CODEMA/FIERGS) e 3Q) participação do Conselho de Recursos Hídricos (por estar o COMITESINOS ligado ao Estado, através deste Conselho). Cánepa lamentou a possibilidade do Comitê morrer justo no momento em que vinha apresentando maiores resultados, desde sua existência, correndo o risco de perder os recursos já alocados. O Presidente Walmir, afirmou que não se fechariam as portas da Sec.Exec. do Comitê, que não havia problema sem solução e que imediatamente. faria contatos com alguns prefeitos da região, apresentando a difícil situação, na certeza de que eles lhe acolheriam. Walmir pediu que uma Comissão financeira fosse criada para ir em busca dos recursos básicos para manter um contato direto com as prefeituras da bacia.

A Comissão foi formada pelo Presidente, Vice-Presidente, membros representantes do CODEMA/FIERGS e representante da CIENTEC. Cláudio Liberman e Renato Corte Real, representantes do IBAMA e Seco da Agricultura do RS, respectivamente, questionaram sobre o porque da não contribuição das prefeituras, e o que o Comitê havia feito efetivamente, na bacia dos Sinos. Grassi e Cánepa, informaram aos conselheiros que quanto às prefeituras, o Comitê, apesar de se tratar de um recurso, em princípio disponível a médio prazo, nem com isto poderíamos mais contar, já que o Governador vetara a Emenda. Dentro desse assunto, Grassi falou sobre a elaboração do Termo de Adesão, documento levado à Associação dos Municípios do Vale dos Rios dos Sinos, através do qual as prefeituras estariam sendo chamadas a participar da manutenção da Seco Exec. com uma contribuição irrisória (CR\$ 125.000, mensais, em valores de agosto/91) e que até a presente data não havia sido apresentada qualquer manifestação a não ser da Pref. Sapucaia do Sul. Lembrou que quando faltava dinheiro em caixa, a direção busava, nos municípios mais próximos através da pessoa do Presidente, um reforço para cobrir as despesas correspondentes a salários e leis sociais. Mas isso não se configurava como uma solução tranqüila tanto para a Sec.Exec. como para a direção. Grassi colocou como de máxima gravidade a situação da Sec.Exec., porque tratava-se de não ter-se a

curto prazo, uma solução. Preocupado, disse que se por acaso a Sec.Exec. não se dispusesse a trabalhar nestas condições por algum tempo, perder-se-iam as grandes conquistas obtidas até o momento. Lembrou que a UNISINOS, como entidade membro do C.D., havia, todos estes anos, oferecido a estrutura básica da S.E., exceto salários, dando-lhe espaço físico, telefone e material de expediente, e principalmente dando-lhe liberdade de ação, sem pedir um retorno imediato, embora a S.E. tivesse participado sempre que solicitada. Agora, diante da atual situação, a própria universidade corria o risco de não poder cumprir o convênio assinado, já que a aplicação dos recursos PADCT deveria ser coordenada pela S.E. na promoção dos cursos de Educação Ambiental. Grassi ressaltou da importância do papel do COMI= TESINOS, dentro da proposta do gerenciamento, pelo seu caráter de integração de órgãos, instituições públicas, privadas, diferentes setores da comunidade do vale do Sinos. Sendo uma experiência concreta, pioneira ao nível de Brasil, desenvolvendo uma articulação forte, que reunia grupos de trabalhos com diferentes objetivos e ações, e o resultado, disto, se concretizara com a implementação da rede de monitoramento da qualidade da água do rio dos Sinos; a utilização de um índice de qualidade da água p/ o rio dos Sinos; a edição do boletim informativo; aprovação do projeto encaminhado ao PADCT/MEC, e dentro deste, o primeiro resultado concreto que fora a produção do vídeo, assistido no início da reunião. Grassi citou os trabalhos desenvolvidos pelas Comissões de Flora e Fauna e de Meteorologia, e por último citou o convênio que o COMITESINOS, deveria assinar nos próximos dias com a LBA e UNISINOS; para dar início ao programa comunitário experimental, junto à uma população ribeirinha (muito atingida por acidentes) e que provavelmente seria o embrião para um grande programa de vigilância, das condições do rio, uma ação prática dentro do gerenciamento. Por último, Grassi citou a participação do Comitê, toda a vez que fora chamado a contribuir nas diferentes situações de tomadas de decisões, recuperação de trechos críticos e ação preventiva como no' caso da SAMRIG, Parque Guajuviras, Mata do Daniel, etc. Finalizando sua exposição, Grassi, lembrou que num futuro muito próximo o RGS contaria com um Sistema de Recursos Hídricos, e o COMITESINOS passava a correr rumores haviam mobilizado cerca de aproximadamente 7 milhões de cruzeiros, estimativa do custo do documentário. Cánepa reafirmou sua posição ao dizer que, mais uma vez, o Comitê comprovara sua capacidade de, com pouco dinheiro circulante, mobilizar grandes somas. Mário Wrege, ao elogiar a produção do vídeo, lamentou não ter tido o roteirista a lembrança de fazer referência sobre as águas subterrâneas. Considerou urna lacuna, a ser preenchida no próximo documentário. Feitos os comentários, a Secretária Executiva fez a leitura da ata no II, de 19 de dezembro/91, que foi aprovada sem retificações. Tendo sido tratados todos os assuntos estabelecidos na pauta, o Vice-Presidente deu por concluído os trabalhos e para constar, lavrei a presente ata que será assinada pelo Presidente e por mim, depois de lida e aprovada.

São Leopoldo, 19 de março de 1992.